# 3

# Três sociólogos e um arquivo

HELENA BOMENY E VANDA RIBEIRO COSTA

## Abertura

Em junho de 1973, a socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto depositou em uma pequena sala do andar da presidência da Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro, "os papéis" do avô — Getulio Vargas — para que deixassem o ninho doméstico (estavam sob a guarda de sua mãe) e ganhassem dimensão pública (fossem abertos à consulta). O avô havia governado o país no longo período de 1930 a 1945, voltando em 1950, em processo eleitoral, até o desfecho, com o suicídio em agosto de 1954. O gesto de Celina deu origem à criação de uma instituição — o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc). Inaugurou-se então um procedimento que se multiplicou ao longo dos 35 anos em que o centro se mantém como a mais importante instituição de guarda de acervo privado no Brasil, sendo considerada referência na área por seleto número de países com arquivos semelhantes. Atualmente, o Cpdoc cuida, preserva e disponibiliza ao público cerca de 200 arquivos, estimados em um volume aproximado de 1,7 milhão de documentos, incluindo fotos, cartas, bilhetes, publicações em brochura, além de um acervo de documentação oral produzida pelos depoimentos gravados pela equipe de pesquisadores e documentalistas para os mais distintos e variados fins de pesquisa.

Desde o início, o Cpdoc se caracterizou por abrigar em seu quadro de pesquisadores uma equipe multidisciplinar. Esse é um traço que se man-

teve ao longo dos 35 anos e que guarda fidelidade ao grupo original composto de sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, historiadores e arquivistas. Ampliadas suas atividades no transcorrer das três décadas, o Cpdoc é hoje um centro multifacetado também, pois não abriga apenas os setores de documentação e pesquisa, sua vocação inicial. Ampliou consideravelmente suas atividades com o setor de ensino. Conta atualmente com uma escola — a Escola Superior de Ciências Sociais —, com graduação em ciências sociais e previsão de abertura de graduação em história, um programa de mestrado e doutorado em história e bens culturais e um mestrado profissionalizante em bens culturais e projetos sociais, além de cursos de MBA, como o de cinema documentário, jornalismo investigativo, história republicana do Brasil, entre outros.

Em meados dos anos 1970, quando o Cpdoc ainda concentrava suas atividades em pesquisa e documentação, teve início o processo de negociação com vistas ao recebimento do arquivo de Gustavo Capanema, ministro da Educação no primeiro governo Vargas, no período de 1934 a 1945. Em 1980, o titular do arquivo formalizou a doação ao Cpdoc. Nos 11 anos de ministério, Capanema acumulou um volume importante de documentos textuais (cerca de 94 mil), audiovisuais (mais ou menos 6 mil) e impressos (aproximadamente 2 mil) que exigiu dos pesquisadores do Setor de Documentação trabalho minucioso de identificação e organização para disponibilizá-lo ao público. A chegada do arquivo motivou o convite da coordenação do Setor de Pesquisa do Cpdoc a Simon Schwartzman para que, em tempo e condições excepcionais, visitasse academicamente os papéis ali contidos. Tempo e condições excepcionais porque o arquivo, em processo de organização, ainda não estava aberto à consulta. Era um garimpo de primeira mão. E é dessa experiência que falaremos neste texto.

Sob a coordenação de Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa integraram a equipe de pesquisa responsável por esse primeiro contato com os papéis. Do centro de memória, provocaremos nossas próprias linhas de memória e, com elas, faremos um exercício de leitura da experiência, agora "com os faróis iluminando para trás" — nas palavras sábias de Pedro Nava.

## Andante

Como falar de uma experiência quase apagada na memória, mas viva no que foi aprendido e nos laços que nos ligam? Retornar ao livro *Tempos de Capanema* (1984), registro impresso dessa vivência, nos pareceu procedimento adequado. O livro, resultado de uma primeira exploração do arquivo de Gustavo Capanema, pode ser mais bem entendido como um relato qualificado das primeiras impressões de dois sociólogos e uma cientista política, sobre um tipo de fonte absolutamente suspeita para os três, que, por formação, partilhavam de uma certa desconfiança, por que não dizer paranoia, em relação a arquivos privados. No caso do arquivo de Capanema as suspeitas eram mais fortes, pois que reunia também documentos político-administrativos oficiais de governo e de Estado. Embora fosse quase consensual entre historiadores e arquivistas, nos anos 1980, que documentos dessa natureza revelavam significados, davam "o" sentido da ação e dos fatos, sendo portanto insubstituíveis para o conhecimento da "verdade" histórica, para nós, que ensaiávamos os primeiros passos no mundo dos arquivos privados, ocorria o oposto na mesma intensidade. Que verdade se poderia esperar de um conjunto preordenado de documentos "contaminados" por sua própria origem? Isto é, sua intenção? Desconfiávamos ainda da natureza da informação micro-histórica e fragmentar trazida pelos arquivos, e que se contrapunha à ideia de que a "verdade" verdadeira só poderia ser apreendida através de uma visão macro que abrangesse a totalidade do social... Naqueles tempos não tínhamos ainda nos apropriado dos grandes inovadores como Michel Foucault, Jacques Le Goff, Sigmund Freud, Jacques Lacan, ou mesmo Georg Simmel. Apenas intuíamos as múltiplas possibilidades interpretativas que podiam derivar das revelações dos fragmentos. Mas não estávamos seguros a ponto de transformar a intuição em análise. Da linguística ao sujeito social abria-se uma panorâmica que, pelo retrovisor, nos permitia divisar o espectro de Marx. A nostalgia da totalidade nos acompanhava. Embora a contribuição dos inovadores abrisse novas perspectivas de análise histórica, política e sociológica, ainda não haviam sido traduzidas operacionalmente em procedimentos metodológicos. O que fazer? Que questões formular? O historiador recomenda: busque a fonte. O an-

tropólogo insiste: escute a fonte. O sociólogo desconfia. Mas no que desconfia, seleciona informações de forma parcial, privilegia falas e escuta quem lhe interessa. Estaremos sempre em maus lençóis?

O desconforto metodológico persiste agora, ao tentarmos reconstruir a experiência passada seguindo fios da memória documentada em *Tempos de Capanema*. Recorrendo ao índice do livro é possível rastrear o início da caminhada: o pacto com a Igreja, o conflito entre ideologias que se traduzia nos conflitos entre projetos educacionais; a educação como instrumento de constituição da nacionalidade e de um tipo de cidadania que identificava o pertencimento à nação com o "pertencimento", ou melhor, a vinculação ao Estado. Um fio puxa outro e voltamos ao começo.

Rememoramos as conversas informais com os arquivistas-historiadores responsáveis pela organização do arquivo, Paulo Sergio Moraes de Sá, Maurício Lissovski e Priscila Fraiz. Paulo sugeriu a hipótese de que a indicação de Capanema para o Ministério da Educação e Saúde resultara de um pacto entre o governo e a Igreja Católica. Essa sugestão orientou a coleta de dados e a seleção de documentos. Sem dúvida, foi uma hipótese fecunda, que nos abriu pistas que nos permitiram buscar sustentação para interpretações e análises. Entre elas a percepção subsequente de que deveríamos também examinar o arquivo de Getúlio Vargas.

O índice ajuda a reconstruir uma insólita experiência de "confronto" com um arquivo que não podia ser classificado de maneira simplista. Tratava-se de um arquivo privado, com uma intenção autobiográfica evidente, como mostrou Priscila Fraiz (1998:75). E, ao mesmo tempo, de um arquivo público, contendo documentos produzidos pela atividade oficial e rotineira de um ministério de governo. E era também um arquivo político, registro de relações de poder, conflitos, confrontos, negociações e acordos em plena ebulição no interior de uma oligarquia, em forte medida pluralista. Por um lado, evidenciava-se a natureza oligárquica do regime; por outro, contrariavam-se quaisquer interpretações simplistas de um autoritarismo *tout court*.

A natureza do arquivo devia soar familiar para Simon Schwartzman, coordenador da equipe, como um eco de preocupações anteriores. Em *Bases do autoritarismo brasileiro* (1982), Schwartzman acentuara que, para

bem compreender os determinantes da história do Brasil, era preciso considerar a complexidade de um sistema político que articulava clivagens regionais de poder com um centro político e administrativo em processo de centralização galopante a partir de 1930. Simon, que havia usado suas lentes panorâmicas para observar as dimensões macro-históricas do período a ser explorado agora através dos arquivos, enfrentava o desafio de inverter a lente usada até então para observar microterritórios e seus habitantes. O resultado foi gratificante. O exame dos arquivos permitiu entender melhor as escolhas feitas por alguns atores que agora ganhavam nome e sobrenome. Ah... os indivíduos e suas circunstâncias também importam, mesmo quando se trata de compreender processos de "refundação" do Estado e da nação. A justaposição do arquivo de Capanema com o arquivo de Getúlio Vargas registrou claramente o esforço de implementação de um projeto para a nação, um projeto nacional, conduzido por uma elite comprometida por lealdades regionais e também com a "reinvenção" de um novo cidadão.

O arquivo do Ministério da Educação e Saúde revelou-se, de fato, a despeito da seleção intencional, um espaço no qual era possível acompanhar, mesmo de forma fragmentar, o processo de construção ideológica da nacionalidade. Se se pode falar em política de educação, sem dúvida a primeira política nacional de educação do Brasil moderno, e para uma nação moderna, está ali registrada e documentada. Uma especial virtude dos arquivos é permitir acompanhar a emergência de políticas públicas desde o momento em que começam a ser pensadas, elaboradas, pactuadas, até serem finalmente implementadas. No nosso caso, os arquivos revelavam também que, ao contrário do que havíamos aprendido nos livros de história, a política nos tempos de Capanema fora produzida pelos diversos, controversos e mesmo antagônicos atores sociais que compunham a oligarquia à época.

"Quanto de nosso futuro poderia estar contido nesse passado" de construção de uma nação, se não, pelo menos, de um Estado moderno? — indagávamos na introdução da segunda edição do livro (2000), a propósito da celebração do centenário de nascimento de Gustavo Capanema. Aos poucos fomos sendo emaranhados em uma rede complexa de relações sociais, políti-

cas e ideológicas que, quando desembaraçadas, nos ajudaram a montar uma versão, entre outras muitas possíveis, dos tempos em que se organizou o sistema educacional que herdamos, e descobrir e reordenar o papel de alguns membros da elite política, intelectual e religiosa que comandara o país.

A importância da liderança católica na "construção da nacionalidade" pode ser avaliada pela intensidade do conflito entre os vários projetos e ideologias da educação analisados no livro. Sua releitura permite que comprendamos a permanência de um sistema educacional injusto, que inventou a formação diferenciada para pobres e ricos; uma educação humanista para a elite, e uma formação profissionalizante prematura para os pobres. Hoje entendemos a premência da formação profissional de nível médio, dada a urgência em compensar as desigualdades sociais cristalizadas. Não é difícil entender a dualidade do sistema educacional estabelecida naquela conjuntura, por ter resultado da vitória da Igreja Católica sobre o grupo da Escola Nova. Enquanto o movimento dos pioneiros da educação nova via a educação como instrumento de neutralização das desigualdades sociais, a Igreja Católica a percebia como instrumento de adaptação dos desiguais a uma ordem social naturalmente hierárquica. O grande medo era o igualitarismo comunista. Maior, no entanto, era a vontade de garantir para a Igreja seu papel de formador das almas. Mas, formação das almas é tarefa diversa da mobilização das novas gerações para a construção da nação.

Entre atores, projetos, propostas controversas, o capítulo de formação e mobilização da juventude ocupou boa parte da energia dos envolvidos na montagem do grande projeto de nação. Disciplinada e atenta, mobilizada ou incorporada a um movimento cívico, a juventude passava como objeto de transformação e formação pelas distintas facções de orientação política e educacional, e não apenas no Ministério da Educação. A juventude foi objeto de disputa também do Ministério da Justiça, tendo à frente Francisco Campos, e até mesmo do Exército. Este foi um dos microterritórios onde, de forma muito clara, se percebia a concorrência, a disputa política e a competição entre projetos de intervenção na educação. O projeto vencedor, mais ajustado às propostas da Igreja Católica, afinava-se pelo diapasão de um programa de nacionalização.

Foi um tempo, como dissemos, de "construção da nacionalidade". Produziram-se códigos nacionais para tudo: trabalho, educação primária, profissional, universitária, educação das mulheres, para as famílias etc. O curioso é que geralmente esses códigos foram precedidos de grandes inquéritos (enquetes), também nacionais. Era interessante, como notou particularmente Helena Bomeny — sensibilizada por estudos anteriores sobre política mineira e sobre a ideologia do civismo —, como a questão dividiu radicalmente lideranças mineiras como Francisco Campos e Gustavo Capanema, em posições distintas com relação ao projeto de socialização da juventude. Mais cívica, defendia Capanema; mais miliciana, ensaiou fortemente Francisco Campos. Toda a documentação sobre a nacionalização do ensino e a organização nacional da juventude é fonte primorosa para entendimento do que foi o Estado Novo, o que estava ali em tensão. Em questão, o negociável e os limites da negociação. Seria essa uma das temáticas que facilitariam o trânsito do fragmento para o todo? Teria sido essa a maior das surpresas de três sociólogos num arquivo? Não sabemos ao certo. O que sabemos é que o voo rasante sobre todo o terreno tornou-se imperativo desde o começo: um voo de reconhecimento, na esperança de abarcar a totalidade do território para escolher por onde passar e onde aterrissar. Necessário também se fez o reconhecimento dos territórios vizinhos ou mesmo fronteiriços, constituídos por arquivos outros. Tratava-se de disciplinar o olhar para a autorização posterior do "vadiar": a invenção de suposições, de hipóteses que orientem a busca qualificada de documentos.

E como não voltar à inquietação provocada em todo garimpo com o lugar que personagens como aqueles que nos tocam a emoção e sensibilidade ocupavam ali, naquela conjuntura de pura suspeita? Afinal, estávamos na ditadura do Estado Novo. Fomos constrangidos academicamente a entender como esquemas mais arrumados e ortodoxos são pobres para dar conta da complexidade dos fenômenos e trânsitos sociais. As tensões de intelectuais como Mário de Andrade, querendo recuperar o Brasil para o Brasil, Villa-Lobos, em pura sensibilidade musical, diante e incomodamente protagonista do regime autoritário, para não falar no sempre lembrado *gauche* chefe fiel de gabinete do ministro, o "poeta funcionário"

Carlos Drummond de Andrade. Não era possível, folheando cada passo desses intelectuais nos papéis do arquivo, moldar suas ações em uma fôrma teórica explicativa qualquer sem perder a sofisticação que o material nos obrigava considerar.

Nos arquivos também, navegar é preciso. Com uma bússola, naturalmente a do Simon, que, no entanto, não impunha caminhos. Seguíamos juntos a experiência singular de uma relação não hierarquizada. Simon dispunha da virtude de nos igualar no garimpo de ideias e documentos. É evidente que a hierarquia irrompia na discussão sobre a redação dos textos, por exemplo, ou ainda na cobrança de fundamentação empírica, da "prova" que desse sustentação às afirmações ou conclusões juvenis mais atrevidas. Coisa especialmente complicada quando nos defrontávamos com um material que desafiava, a cada momento, a pureza e a rigidez dos conceitos recém-apropriados. Como compreender uma ditadura que recorria mais à cooptação, ao clientelismo e à negociação do que à aniquilação do inimigo? Como classificar, sem contrariar tipologias ortodoxas de governo, um sistema que funcionava movido pela participação e colaboração da direita mais radical e dos esquerdistas mais aguerridos; dos grupos religiosos mais conservadores e dos mais radicais intelectuais laicos?

O mundo dos arquivos tornou-se fascinante para nós. Como compreender a lógica da acumulação e da guarda de documentos vindos das mais altas esferas políticas, sociais e intelectuais, assim como de cartas e bilhetes enviados pela mais desconhecida professorinha de um município perdido no meio do Brasil ou ainda por pessoas as mais humildes com os mais modestos pedidos, elogios ou propostas de cooperação? O arquivo dá carne a essa abstração da burocracia. Os documentos mostram como são a carta da professorinha, as falas dos não ilustres, os sujeitos diversos e dispersos que tentam chegar lá, na esfera do poder, que pode (quem sabe?) atendê-los. Chegam e são arquivados — o que vale dizer, silenciados. O ministério não pode se recusar a recebê-los; não pode igualmente se prontificar a atendê-los.

O arquivo guarda as propostas vencedoras e também as que se perderam pela (ou na) história. E aqui tocamos o ponto crítico dos arquivos como fontes para a análise política e sociológica. Os arquivos desmon-

tam qualquer ilusão que se tenha em relação ao processo e aos projetos políticos. Vencedores ou não, o que é pensado no plano racional não é construído nesse mesmo plano. No processo de construção política de um plano ou mesmo de uma ideia, não há método senão o que se faz ao caminhar, como de fato já disse o poeta espanhol Antonio Machado. Mas o fascínio e o perigo do arquivo é que ele oferece ao pesquisador material de construção, melhor dizendo, reconstrução. O arquivo, ele mesmo, autoriza as "reconstruções" ou versões, uma vez que já é uma reconstrução fragmentar de um momento; nos autoriza, por exemplo, a elaborar uma versão, entre outras possíveis, de como uma elite oligárquica, dividida em facções regionais, conseguiu "seguir" e realizar um "plano" nacional de organização do país e da nação. Não podemos deixar de pensar nesse mesmo instante no artigo em que Max Weber explica a "objetividade" do conhecimento, apresentando a revista *Archiv sür Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (*Arquivo para a Ciência Social e a Ciência Política*). Arquivos autorizam versões transitórias de processos que dizem respeito a uma linha interminável ao longo da qual as várias versões podem ser — e frequentemente o são — redefinidas e reconstruídas pela pesquisa. Não por acaso, Max Weber faria na abertura da referida revista a pregação mais substantiva e enérgica contra o "monismo metodológico"...

Cada disciplina tem uma relação distinta com o acervo. Perguntas e constrangimentos distintos e distintas demarcações entre o "sagrado" e o "profano". Não faz sentido, por exemplo, para um sociólogo, a liturgia da guarda do sagrado — o acervo. Talvez por isso tenha sido difícil algumas vezes compreender pequenas "profanações": chaves das salas inadvertidamente levadas para casa; portas inadvertidamente trancadas quando trabalhávamos com os documentos. Cada uma das advertências que ouvíamos trazia uma nova informação sobre um novo campo operacional. Um dos benefícios da convivência em uma equipe multidisciplinar é propiciar a controvérsia, favorecendo a troca na exposição dos estranhamentos e na negociação de procedimentos. O que também quer dizer: aprendizado antropológico da escuta aos "nativos" de cada campo disciplinar.

Olhando para trás, é possível identificar aprendizados naquela experiência, alguns mais emocionais, como a confirmação da confiança prolongada

que teve seu início ali — e a referência é a maneira pela qual Simon conduziu o trabalho — outros mais racionais, como a convicção de que o melhor resultado do livro foi a agenda de pesquisas e a sugestão de pistas que deixou. Há no livro caminhos que não aprofundamos, mas que estão anunciados. E muito se produziu depois sobre o período, sobre o ministério, sobre o lugar da educação e da saúde na montagem do projeto de nação. De alguma maneira, encontramos nesses estudos indicações das pistas que deixamos.

## Epílogo

Há menos inocência hoje no trato documental. A suspeição que mencionamos antes de que havia novas possibilidades metodológicas para lidar com documentos era, em certo sentido, por nós conhecida em suas apresentações mais persuasivas. Já eram públicas no mundo acadêmico as veredas abertas por Michel Foucault, mas também por Pierre Bourdieu, de historiadores do tempo presente e do cotidiano e de psicanalistas, que advertiam sobre significados e sentidos impressos ou não ditos nos documentos, além dos ensinamentos que chegavam da filosofia da linguagem. Mas nenhum de nós tinha muito como reconhecer tais sugestões e se pôr à vontade para degluti-las analiticamente. Ou para devorá-las antropofagicamente. Não passamos muito da desconfiança de que algo seria produzido de diferente para o trato dos documentos e dos dados disponibilizados em arquivos. Essa impressão, que nesse exercício de memória registramos hoje, pode ser extensiva ao grupo maior de pesquisadores não só do Cpdoc, mas da comunidade acadêmica brasileira. Em meados dos anos 1980, e sobretudo nos anos 1990, o que era desconforto e suspeição foi tomando forma mais sistematizada.[1] As discussões metodológicas deixaram de ser capítulos externos aos argumentos que importavam nos textos acadêmicos e integraram a própria reflexão do que explodia no

[1] Ver, entre outros, os dois números especiais da revista *Estudos Históricos*, o que trata de "Indivíduo, biografia, história" (v. 10, n. 19, 1997) e o dedicado a "Arquivos pessoais" (v. 11, n. 21, 1998). Um exemplo sofisticado da abordagem psicanalítica encontra-se em Lissowsky, 1994.

material ou nos materiais de pesquisa. Novas fontes começaram a ganhar estatuto de nobreza acadêmica, sobretudo as fontes orais e visuais, com repercussão em todas as disciplinas ou campos de pesquisa das ciências sociais.

## Referências bibliográficas

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, 1998.

GOMES, Angela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

LISSOWSKY, Mauricio. *A metáfora do arquivo em Freud seguida de duas anedotas sobre as curiosas relações entre o pensamento e a técnica*. Rio de Janeiro, 1994. ms.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982; 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, FGV, 2000.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. 2. ed. Campinas: Unicamp; São Paulo: Cortez, 1993. v. 1.